

# AS MIGRAÇÕES INTERNAS EM SANTA CATARINA NO PERÍODO 2000-2007

Beatriz Tamaso Miotto<sup>1</sup> – IE/UNICAMP – [bea.miotto@gmail.com](mailto:bea.miotto@gmail.com)

## 1. Introdução

O processo de desenvolvimento de toda sociedade está intrinsecamente ligado ao movimento de sua população pelo território. Esses movimentos são importantes também na produção do espaço, principalmente quando consideramos a industrialização e urbanização das regiões. No Brasil, por exemplo, o padrão de industrialização implicou numa forte concentração das atividades econômicas no território, acompanhada também pela concentração da população nas regiões mais dinâmicas do país. Outra faceta histórica desse problema foi a possibilidade de recorrentes aberturas de fronteiras no espaço nacional, fazendo da migração uma válvula de escape para diversos problemas sociais decorrentes da concentração fundiária e do subdesenvolvimento brasileiro.

A migração, portanto, deve ser vista como um processo social, onde grupos – ou classes – se colocam em movimento ao se defrontarem com fatores de expulsão presentes em seu lugar de origem (SINGER, 1998). Para esse autor, o “motor” principal das migrações é a criação das desigualdades regionais, principalmente quando observadas num contexto de forte êxodo rural em contrapartida a uma urbanização caótica.

Desta forma, os movimentos populacionais devem ser explicados a partir da criação e recriação das desigualdades, explicitadas, do ponto de vista da economia, nas diferenças das estruturas econômicas e produtivas das regiões. Isso está fortemente ligado à configuração da divisão social e territorial do trabalho, pois, além estabelecer uma especialização entre campo e cidade, constitui também uma divisão entre os núcleos urbanos. Surge, assim, uma divisão inter-regional do trabalho, capaz de determinar uma relação de subordinação, que implica, muitas vezes, numa subjugação do campo pela cidade e da periferia pelo centro.

Nesse sentido, Santos (2004) coloca que,

O fenômeno das migrações aparece (...) estreitamente ligado ao da organização da economia e do espaço, vistos de um ponto de vista dinâmico. Essas migrações são uma resposta a situações de desequilíbrio permanente e contribuem para agravar esses desequilíbrios econômicos e espaciais, geralmente em favor de zonas já evoluídas. (p. 306)

---

<sup>1</sup> Mestranda do curso de desenvolvimento econômico, espaço e meio-ambiente (IE/UNICAMP) e bolsista CAPES.

Nesse contexto, surgem novos problemas, tanto no plano social como de gestão – por parte do Estado e das classes sociais. Isso é percebido não só pela marginalização de parcela crescente da população como também pela complexificação das modalidades migratórias que, como já foi salientado, são parte fundamental e estruturante das dinâmicas sócio-espaciais da sociedade.

## 2. A distribuição da população catarinense no período recente

Desde a segunda metade do século XX Santa Catarina tem experimentado uma queda no ritmo de crescimento populacional – seguindo tendência nacional – e, em contrapartida, um forte crescimento em seu grau de urbanização. Isso se deu, particularmente, após o esgotamento da ocupação da fronteira agrícola, o que colocou em debate a relevância dos movimentos populacionais internos, principalmente dos deslocamentos rural-urbano e urbano-urbano. A forte evasão da população rural pode ser evidenciada através de taxas anuais de crescimento geométrico negativas que persistiram nos últimos 40 anos.

O quadro abaixo mostra o crescimento da população urbana e rural do estado, bem como o grau de urbanização de Santa Catarina entre 1970 e 2007.

*População por Situação de Domicílio e Grau de Urbanização (1970 – 2000)*

População residente	Ano			
	1970	1980	1991	2000
Urbana	1.247.158	2.154.250	3.208.537	4.217.763
Rural	1.654.502	1.474.042	1.333.457	1.140.100
Total	2.901.660	3.628.292	4.541.994	5.357.863
<b>Grau de urbanização</b>	<b>42,98%</b>	<b>59,37%</b>	<b>70,64%</b>	<b>78,72%</b>
<b>Taxas de crescimento</b>	<b>1970/1980</b>	<b>1980/1991</b>	<b>1991/2000</b>	<b>2000/2007</b>
Urbana	5,62	3,69	3,09	-
Rural	-1,15	-0,91	-1,73	-

Total	2,26	2,06	1,85	1,31
-------	------	------	------	------

Fonte: dados brutos dos Censos Demográficos – IBGE

O aumento do grau de urbanização indica uma forte desruralização da população, em grande medida condicionada pelo processo de industrialização do estado. As taxas negativas de crescimento da população rural também podem ser entendidas a partir deste processo, tomando-se como referência o período de 1991 a 2000 (com taxa de crescimento de -1,73%), que corresponde aos anos de reestruturação produtiva e patrimonial das empresas do estado e de forte êxodo rural<sup>2</sup>.

Outro indicador que mostra a dimensão do nível de ocupação do território é a densidade demográfica (habitante por quilômetro quadrado) da região. Para a região Sul do país, Santa Catarina e Paraná apresentaram os maiores níveis de densidade do período (1960 a 2000). Entretanto, a partir de 1991 o crescimento do indicador em Santa Catarina foi sensivelmente maior. Isso colocou o estado como o de maior densidade demográfica da região, provando que o mesmo sofre um forte processo de ocupação de seu território, seja pelo crescimento de sua população seja pela forte migração inter-regional e interestadual<sup>3</sup>. A tabela abaixo mostra a densidade demográfica dos estados da região sul do país entre 1960 e 2000:

***Densidade Demográfica de Região Sul do Brasil (1960 – 2000)***

<b><i>Densidade Demográfica (Hab/ Km<sup>2</sup>)</i></b>			
<b>Ano</b>	<b>PR</b>	<b>SC</b>	<b>RG</b>
<b>1960</b>	21,56	22,53	19,34
<b>1970</b>	35,11	30,75	23,98
<b>1980</b>	38,89	38,70	28,19
<b>1991</b>	42,37	47,63	32,43
<b>2000</b>	47,96	56,14	36,14

Fonte: dados brutos dos Censos Demográficos – IBGE

<sup>2</sup> Com a modernização dos processos de produção e as reestruturações sofridas após a abertura comercial, os anos 1990 foram marcados pela queda no número de estabelecimentos rurais e no pessoal ocupado pela atividade.

<sup>3</sup> Santa Catarina foi o único estado da região sul do Brasil a apresentar saldos migratórios positivos desde 1991 até 2000. Isso configurou o estado como um pólo de atração de população da própria região Sul e de outros estados do país, sendo os maiores receptores as regiões de Joinville e de Florianópolis.

Na segunda metade do século XX desenvolveu-se, portanto, não só um forte processo de desruralização/urbanização, mas também um movimento de concentração espacial da população em determinados centros urbanos. Isso quer dizer que ademais de uma diminuição da população rural, tivemos uma distribuição espacial particular, isto é, concentrada. Uma prova disso é que os dez maiores municípios do estado responderam em 2007 por quase 40% do total da população. Essa relação, por sua vez, também é um dos determinantes da formação de grandes aglomerados urbanos ao redor dos municípios que constituem o eixo dinâmico da economia catarinense.

Outro olhar sob a análise da distribuição da população é a trajetória dos estratos de tamanho populacional das cidades, representada no quadro abaixo:

***Distribuição Espacial da População nos Municípios Segundo Estratos de Tamanho (1991-2000-2007)***

Intervalo	n de municípios			% hab			tx cresc. Geo %		
	1991	2000	2007	1991	2000	2007	91/00	00/07	91/07
300001 <sup>a</sup> 500000	1	2	2	7,64	14,41	15,06	9,29	1,95	6,01
100001 a 300000	7	8	8	25,26	23,69	24,16	1,13	1,59	1,33
50001 a 100000	8	9	16	11,47	10,97	17,44	1,35	8,24	4,31
20001 a 50000	34	31	30	23,56	18,93	15,01	-0,60	-2,00	-1,21
10001 a 20000	56	61	61	17,34	15,63	14,16	0,68	-0,12	0,33
5001 a 10000	66	76	67	11,02	10,11	8,30	0,88	-1,51	-0,17
2001 a 5000	43	98	97	3,62	5,98	5,51	7,68	0,13	4,31
1 a 2 mil	2	8	12	0,04	0,27	0,36	26,05	5,62	16,67

Fonte: dados brutos dos Censos Demográficos – IBGE

O que se destaca nesse aspecto é que entre os anos de 1991 e 2000, os estratos que tiveram maior crescimento foram os de municípios de 300 a 500 mil habitantes e os de mil a dois mil habitantes. O primeiro caso é explicado pelo crescimento e concentração da população nos municípios de Joinville e Florianópolis (que atingiu os 300 mil habitantes após 1991), enquanto o segundo explica-se pela criação de vários municípios<sup>4</sup>.

Já no período entre 2000 e 2007, os estratos que mais cresceram foram dos municípios entre 50 e 100 mil habitantes e novamente aqueles entre 1 e 2 mil habitantes. O crescimento do número de municípios de menor estrato deve-se principalmente às perdas populacionais

<sup>4</sup> Em 1991 Santa Catarina tinha 197 municípios e em 2000/07 esse número é de 293. Isso significa que neste período foram criados 96 municípios.

sofridas em alguns municípios que apresentavam população entre 2001 e 5000 habitantes no início do período e passaram para menos de 2 mil em 2007.

O crescimento dos municípios entre 50 e 100 mil habitantes reforça a idéia da formação de maiores aglomerados urbanos, já que a maioria dos municípios que atingiu esse estrato no período situa-se nas SDR's que apresentam maior participação na população do estado. Esse é o caso de Camboriú e Navegantes, na SDR de Itajaí; Içara, na SDR de Criciúma; Biguaçu, na SDR da Grande Florianópolis; e Gaspar, na SDR de Blumenau.

Outra questão que merece destaque é o fato de que os principais municípios da Grande Florianópolis (Florianópolis, São José e Palhoça) estão entre os 10 maiores municípios do estado e as taxas de crescimento médio da SDR é de 1,97%, maior que a média do estado (1,31%). Neste sentido, parece confirmar-se a tendência de metropolização dessa região.

O documento elaborado pelo IPARDES e Unicamp sobre a dinâmica demográfica da região Sul nos anos 1970 e 1980 salienta:

Confirmando o processo de disseminação de novas metrópoles e de expansão das áreas de abrangência de sua polarização, é necessário considerar, ainda, que na Região Sul o processo de metropolização já ultrapassa as regiões metropolitanas oficiais (...). Espaços com características nitidamente pré-metropolitanas já são perceptíveis, como é o caso do aglomerado urbano de Florianópolis (...). Esse conjunto [Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz] forma o maior aglomerado populacional do estado, polarizado pela capital político-administrativa e principal centro de serviços, com vetores que demonstram a tendência de crescimento em direção aos demais municípios da região. Concorrente com os aglomerados de Joinville, Itajaí e Blumenau, Florianópolis já compõe com eles importante vetor de ocupação econômica do eixo leste do estado, no corredor da economia nacional com o sul. (IPARDES – Unicamp, 1997, p.68)

Em todo o contexto discutido até agora, pode-se dizer que o processo dinâmico que configurou a distribuição da população catarinense pelo território apresentou várias facetas. Parte delas está ligada à diminuição do ritmo de crescimento da população, à desruralização/urbanização do estado, aos fluxos migratórios externos e à concentração espacial da população. Também surgiram novas espacialidades como, por exemplo, o processo de metropolização da região da Grande Florianópolis e a consolidação dos aglomerados urbanos de Joinville, Blumenau e Itajaí.

Nesse sentido, os movimentos migratórios internos ganham importância no debate da dinâmica populacional já que, mesmo com certa desconcentração das atividades pelo território, a tendência de concentração da população no eixo leste é evidente. Desta forma, a seção seguinte tem como objetivo principal discutir os movimentos migratórios internos na escala espacial das SDR's e estabelecer paralelos entre esse processo e a tendência da concentração espacial da população em Santa Catarina.

### **3. As áreas de expulsão e atração de população em Santa Catarina**

Esta seção está voltada aos deslocamentos populacionais mais recentes do estado, entre os anos de 2000 e 2007, e tem como pontos principais a análise das regiões expulsoras históricas de população e aquelas que se tornaram receptoras não apenas dos fluxos internos como também daqueles inter-regionais. Nesse sentido, as regiões Oeste e Serrana são as que apresentam maior perda populacional e as regiões da Grande Florianópolis, Vale do Itajaí e Norte são aquelas que têm recebido grande parte dessa evasão. Essa análise localizada não se desprende do entendimento dos processos gerais em curso no estado, porém ela é indispensável se partimos do suposto de as explicações da expulsão e da direção dos fluxos estão fortemente ligadas às estruturas dos lugares de origem e destino respectivamente.

Com o objetivo de apresentar dados mais recentes (2007) capazes de estimar os saldos migratórios em Santa Catarina, optou-se por fazer uma mensuração indireta da migração, já que a construção de uma matriz migratória mais precisa estaria restrita ao intervalo entre os Censos dos anos 1991 e 2000. A mensuração indireta é capaz de nos mostrar o Saldo Migratório (SM) de cada município ou região, ou seja, quantas pessoas imigraram ou emigraram de cada localidade – contribuição da migração no crescimento populacional. Derivado disso obtém-se também a Taxa Líquida de Migração (TLM), que é igual ao SM dividido pelo total da população, ou seja, a percentagem correspondente à população migrante. Cabe ressaltar que o cálculo do SM a partir desses dados não permite saber a origem e o destino precisos de cada indivíduo, nem descontar as migrações externas ao estado. Esses problemas metodológicos seriam resolvidos com a comparação intercensitária 2000/2010, que se pretende realizar posteriormente. No entanto, apesar desses limites, a mensuração indireta realizada permite captar as determinações mais gerais da dinâmica migratória do estado, alicerçada não apenas em seu conteúdo empírico, mas também teórico.

#### ***3.1 As regiões onde imperam os fatores de expulsão***

Em termos absolutos, a região que mais perdeu população no período foi a Oeste, maior em extensão territorial do estado. Sua forte evasão está condicionada pela falta de perspectiva dos habitantes principalmente os ligados à pequena propriedade agrícola familiar. A tabela abaixo mostra os SM e as TLM para as SDR da região:

*SM e TLM das SDR's da Região Oeste (2007)*

<i>OESTE</i>	<i>POPULAÇÃO 2007</i>	<i>SM</i>	<i>TLM (%)</i>
SDR - CAÇADOR	100.914	-5.401	-5,35
SDR - CHAPECÓ	207.486	3.758	1,81
SDR - CONCÓRDIA	92.559	-3.023	-3,27
SDR - SEARA	47.410	-3.242	-6,84
SDR - ITAPIRANGA	36.436	-775	-2,13
SDR - JOAÇABA	113.489	-10.908	-9,61
SDR - MARAVILHA	73.228	-715	-0,98
SDR - PALMITOS	65.372	-1.105	-1,69
SDR - QUILOMBO	21.875	-2.337	-10,68
SDR - SÃO LOURENÇO D'OESTE	45.052	-4.199	-9,32
SDR - SÃO MIGUEL D'OESTE	65.083	-3.515	-5,40
SDR - VIDEIRA	100.936	-3.658	-3,62
SDR - XANXERÊ	137.583	-6.938	-5,04
SDR - DIONÍSIO CERQUEIRA	50.335	-3.999	-7,94
<b>TOTAL</b>	<b>1.157.758</b>	<b>-46057</b>	<b>-3,98</b>

Fonte: dados brutos dos Censos Demográficos e Estatísticas do Registro Civil – IBGE

Diante dos dados é evidente a situação da região, pois apenas a SDR de Chapecó apresenta SM positivo e TLM maior que a média do estado (1,31%). Isso poderia colocar a SDR como um pólo sub-regional de atração dos migrantes que são impelidos a deslocar-se. No entanto, ao observarmos os municípios dessa SDR, apenas Chapecó apresenta SM positivo relevante, o que mostra que essa função é exercida por somente um município de forte centralidade para toda região. Isso é evidenciado pelo fato de que o grau de urbanização de Chapecó é de 92%, enquanto a média da região é de 57% - a menor do estado.

Daí também se pode perceber a grande importância que as transformações na estrutura produtiva da região tiveram para a insistente expulsão de população. A relação de integração estabelecida entre as grandes agroindústrias e os pequenos produtores, pautadas numa forte modernização e numa rede de fornecimento de insumos por parte dessas empresas criou uma relação de subordinação, cujos produtores que não se adaptaram viram-se obrigados a encontrar outros meios de vida, entre eles a migração.

Outros aspectos que agravaram o problema dos pequenos produtores foram a restrição da política de crédito agrícola, a diminuição da rentabilidade dos produtos tipicamente cultivados pela agricultura familiar e a ocorrência de atividades em outras localidades que exercem efeitos de atração sobre a população de trabalhadores rurais (ALVES, 2006).

Nesses espaços, portanto, estão presentes vários fatores de expulsão, ligados muitas vezes aos chamados ‘fatores de modernização’ que ao mesmo tempo em que dinamizam a economia regional (com relevância também em nível estadual e nacional) e aumentam sua produtividade, dão origem a uma grande massa migrante. Confirmando isso, o número de pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários<sup>5</sup> entre os anos de 1996 e 2006 apresentou uma queda de 23%.

A essa população não são dadas alternativas de permanência no local, tampouco no pólo sub-regional (Chapecó) já que a massa de migrantes absorvidas pelo município é bem menor do que a gerada em toda região, em especial do extremo Oeste. Por esse motivo é possível dizer que grande parte desse fluxo populacional é de maior distância, em direção ao leste.

A região Serrana, por sua vez, é a que apresenta maior perda relativa de população no estado, como se observa na tabela abaixo:

*SM e TLM das SDR's da Região Serrana (2007)*

<i>SERRANA</i>	<i>POPULAÇÃO 2007</i>	<i>SM</i>	<i>TLM (%)</i>
SDR - CAMPOS NOVOS	53.597	-5.167	-9,64
SDR - CURITIBANOS	63.809	-3.906	-6,12
SDR - LAGES	239.443	-13.268	-5,54
SDR - SÃO JOAQUIM	51.903	-2.071	-3,99
<b>TOTAL</b>	<b>408.752</b>	<b>-24.412</b>	<b>-5,97</b>

Fonte: dados brutos dos Censos Demográficos e Estatísticas do Registro Civil – IBGE

O que é importante destacar nesse caso é que a SDR de Lages, que apresenta maior grau de urbanização (86%, enquanto a média do estado é de 74%) e maior população da região, não se coloca como um pólo sub-regional como no caso de Chapecó. O município de Lages, que historicamente aparecia como o mais dinâmico da região, é o que perde mais

<sup>5</sup> Dados dos Censos Agropecuários de 1996 e 2006 – IBGE.



população em termos absolutos no estado. É ainda mais gritante a TLM de -22,52% no município de Correia Pinto e de -19,48% em Anita Garibaldi. Os únicos municípios com saldos migratórios positivos em toda a região foram Capão Alto e Otacílio Costa, sede da Klabin<sup>6</sup>. A falta de perspectiva em toda a região colocou em andamento um fluxo migratório constante que parece aumentar ao longo dos anos.

Por um lado, uma reflexão que é possível realizar em torno da saída de população da região Serrana é que seus fatores de expulsão são predominantemente ligados aos fatores de estagnação, conforme explicado por Singer (1998). É uma região com o maior nível de concentração de terras do estado e com a economia em declínio há vários anos.

Isso se nota principalmente na atividade madeireira e na incapacidade de indústria de papel e papelão dinamizar a região, uma vez que emprega pouca força de trabalho e ocupa grandes extensões de terra para o reflorestamento. Mesmo os municípios que tem como base a atividade agrícola e fruticultora em pequenas propriedades, não apresentaram perspectivas para a população, fazendo com que principalmente a os jovens se coloquem em movimento.

Por outro lado, a modernização da indústria papeleira – à luz do que ocorreu nas agroindústrias – teve impactos diretos na redução da geração de postos de trabalho, o que pode ser atrelado também aos fatores de modernização.

Por fim, uma questão que perpassa ambas as regiões expulsoras de população é o fato de que diversos municípios que foram criados após 1992 apresentaram grandes TLM. Isso coloca em cheque os objetivos das emancipações ocorridas, e, segundo o IPARDES e UNICAMP (1997) o problema se observa da seguinte forma:

(...) [A pergunta que temos de fazer é se] o surto emancipatório é benéfico à superação do quadro de carências quanto aos serviços e à consolidação do processo democrático, ou se serve apenas à concretização de interesses particulares de ordem político-eleitoral, onerando os cofres públicos com a duplicação de estruturas administrativas. (IPARDES – UNICAMP, 1997, p.54)

Diante desse panorama geral, a explicação da evasão populacional que persiste nessas regiões não se prende à ao fenômeno individual. Como se pôde notar, esse grande fluxo de pessoas é produto de um estado heterogêneo, onde convivem municípios dinâmicos e fortemente industrializados com localidades estagnadas ou economicamente decadentes que historicamente já se constituem como regiões que expulsam população.

---

<sup>6</sup> A Klabin é uma empresa do ramos de papel e celulose com unidades fabris em Santa Catarina nos municípios de Lages e Otacílio Costa.

### 3.2 As regiões que apresentam fatores de atração

Diferentemente primeiras regiões tratadas, – onde se constituem os fluxos migratórios, determinados pelos fatores de expulsão internos – a região Norte do estado se configura como receptora histórica de população, apresentando em seu território os fatores de atração que dão direção a este fluxo. Isso ocorre não apenas em nível interno, mas também no que se refere a outros estados, pois a região apresenta uma forte dinâmica industrial com setores que oferecem um grande volume de postos de trabalho.

Das quatro SDR's que compõem a região, duas delas têm SM positivo e outras duas negativo. A tabela abaixo apresenta os dados do Norte:

*SM e TLM das SDR's da Região Norte (2007)*

<i>NORTE</i>	<i>POPULAÇÃO 2007</i>	<i>SM</i>	<i>TLM (%)</i>
<i>SDR – CANOINHAS</i>	<i>126.403</i>	<i>-6.317</i>	<i>-5,00</i>
<i>SDR - JARAGUÁ DO SUL</i>	<i>199.216</i>	<i>19.080</i>	<i>9,58</i>
<i>SDR – JOINVILLE</i>	<i>599.148</i>	<i>26.461</i>	<i>4,42</i>
<i>SDR – MAFRA</i>	<i>222.111</i>	<i>-5.820</i>	<i>-2,62</i>
<i>TOTAL</i>	<i>1.146.878</i>	<i>33.404</i>	<i>2,91</i>

Fonte: dados brutos dos Censos Demográficos e Estatísticas do Registro Civil – IBGE

As duas SDR's que apresentam SM positivo participam com grande peso na produção de bens e serviços do estado, sendo consideradas as duas SDR's das mais industrializadas. As SDR's de Joinville e de Jaraguá do Sul formam um grande aglomerado urbano, que em uma faixa contínua engloba vários municípios que recebem população no estado.

No entanto, as SDR's de Mafra e Canoinhas tiveram SM negativo. No caso de Canoinhas há um processo de esvaziamento evidente, pois todos os municípios apresentaram SM negativo. A principal atividade da SDR está ligada aos gêneros de papel e madeira, mas o esgotamento das reservas florestais fizeram com que o setor entrasse em decadência. Os principais prejudicados foram os médios e pequenos produtores que provavelmente constituem grande parte da população migrante.

Já a SDR de Mafra apresenta apenas dois municípios com SM positivo: São Bento do Sul e Rio Negrinho. Esses municípios são os principais responsáveis pela dinâmica da indústria moveleira regional – atrelada em parte à economia paranaense. Cabe ressaltar que na região Norte houve um acentuado SM positivo nos municípios balneários ligados à atividade

turística, como Balneário Barra do Sul, Itapoá e Barra Velha e em São Francisco do Sul com a atividade portuária, confirmando o processo de litoralização do estado.

Já a Grande Florianópolis, como já se identificou, apresenta um forte processo de concentração populacional, com características de metropolização da região. É a segunda maior receptora de população do estado, mas a que apresenta a menor extensão territorial. Isso confirma também um forte adensamento demográfico, inclusive na capital do estado, mesmo diante de seus limites naturais incontestáveis<sup>7</sup>. A SDR da Grande Florianópolis apresenta os seguintes SM e TLM:

***SM e TLM dos Municípios da SDR da Grande Florianópolis (2007)***

<b><i>SDR - GRANDE FLORIANÓPOLIS</i></b>	<b><i>POPULAÇÃO 2007</i></b>	<b><i>SM</i></b>	<b><i>TLM (%)</i></b>
Águas Mornas – SC	4.410	-1.197	-27,14
Angelina – SC	5.322	-660	-12,40
Anitápolis – SC	3.175	-231	-7,28
Antônio Carlos – SC	7.087	273	3,85
Biguaçu – SC	53.444	2.075	3,88
Florianópolis – SC	396.723	31.565	7,96
Governador Celso Ramos – SC	12.175	58	0,48
Palhoça – SC	122.471	12.269	10,02
Rancho Queimado – SC	2.772	19	0,69
Santo Amaro da Imperatriz – SC	17.602	1.057	6,00
São Bonifácio – SC	3.178	-109	-3,43
São José – SC	196.887	10.803	5,49
São Pedro de Alcântara – SC	4.765	1.118	23,46
<b>TOTAL</b>	<b>830.011</b>	<b>57.040</b>	<b>6,87</b>

Fonte: dados brutos dos Censos Demográficos e Estatísticas do Registro Civil – IBGE

É perceptível a concentração dos SM positivos nas regiões que seguem uma faixa contígua a partir da capital Florianópolis. São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz representam quase 46% dos SM total e seu crescimento está ligado também ao

<sup>7</sup> Mesmo sendo uma ilha e apresentando áreas que ecologicamente deveriam ser preservadas, a especulação imobiliária no município tem criado fortes impactos sobre a sustentabilidade da região. A construção em morros e encostas, mangues, etc, parece prevalecer em detrimento de sua preservação. Isso não é causado apenas por uma ocupação desenfreada e “ilegal” da população vinda de outras regiões, mas também pela venda de licenças ambientais para grandes empreendimentos de impactos socioeconômicos duvidáveis.

processo de litoralização da população. Esses municípios constituem a periferia de Florianópolis, sendo um tema interessante de pesquisa as migrações pendulares, já que muitas pessoas que exercem atividades na capital vivem nesses municípios.

Isso condiz com as características da formação das redes urbanas brasileiras, que estiveram historicamente ligadas à concentração espacial da população e à periferização do entorno dos grandes centros urbanos. A especulação fundiária e a própria ação do Estado tendem a fazer com que áreas cada vez mais distantes sejam ocupadas, geralmente sem oferta de infra-estrutura e de serviços públicos capazes de atender dignamente a população dessas localidades. Nesse contexto, a região da Grande Florianópolis tem um papel importante na absorção dos fluxos migratórios, os quais provavelmente têm origem nas regiões de maior nível de expulsão da população, como a Serrana e o Oeste.

Ainda entre as regiões receptoras de população, a do Vale do Itajaí é a que mais atraiu migrantes no período analisado. Diante de uma economia diversificada e com grande participação no PIB estadual, o crescimento econômico das últimas décadas consolidou o Vale como uma das regiões mais dinâmicas de Santa Catarina. Os principais pólos de atração estão próximos à aglomeração urbana de Blumenau e seguem até Joinville constituindo um eixo da absorção populacional. É importante lembrar que, juntas, essas regiões tão próximas são responsáveis por 72,30% do SM positivo do estado. A tabela abaixo mostra as SDR's do Vale do Itajaí e seus SM e TLM:

*SM e TLM das SDR's da Região do Vale do Itajaí (2007)*

<i>VALE DO ITAJAÍ</i>	<i>POPULAÇÃO 2007</i>	<i>SM</i>	<i>TLM (%)</i>
<i>SDR - BLUMENAU</i>	<i>391.199</i>	<i>20.580</i>	<i>5,26</i>
<i>SDR - BRUSQUE</i>	<i>188.940</i>	<i>25.307</i>	<i>13,39</i>
<i>SDR - IBIRAMA</i>	<i>69.351</i>	<i>896</i>	<i>1,29</i>
<i>SDR - ITAJAÍ</i>	<i>457.670</i>	<i>52.406</i>	<i>11,45</i>
<i>SDR - ITUPORANGA</i>	<i>62.931</i>	<i>-3.699</i>	<i>-5,88</i>
<i>SDR - RIO DO SUL</i>	<i>92.463</i>	<i>3.300</i>	<i>3,57</i>
<i>SDR - TAIÓ</i>	<i>55.604</i>	<i>-2.077</i>	<i>-3,74</i>
<i>SDR - TIMBÓ</i>	<i>121.352</i>	<i>6.827</i>	<i>5,63</i>
<i>TOTAL</i>	<i>1.439.510</i>	<i>103.540</i>	<i>7,19</i>

Fonte: dados brutos dos Censos Demográficos e Estatísticas do Registro Civil – IBGE

As áreas em que os SM são negativos não são significantes em relação ao total da população que se destina a região. Isso indica uma capacidade de retenção seus próprios fluxos negativos, oriundos em especial das regiões onde há menores graus de urbanização como a SDR de Taió, com 44% e Ituporanga, com 37%.

A SDR de Itajaí abarca alguns dos principais municípios responsáveis pela dinâmica de litoralização do estado. Sem dúvida, o município de Balneário Camboriú é o mais representativo, já que é o décimo segundo maior do estado com uma TLM de 14,72%. Ao seu lado, em direção ao sul, estão Camboriú, Itapema, Porto Belo e Bombinhas, que também tiveram um considerável acréscimo populacional de origem migratória. Esses são municípios com as maiores taxas de urbanização do estado, com uma média de 96%.

No caso do Sul, apesar da região ter diminuído sua participação relativa na população do estado – de modo bem menos intenso que as regiões Oeste e Serrana –, não houve no período um SM negativo. A tabela abaixo mostra as SDR's da região e seus SM e TLM:

*SM e TLM das SDR's da Região Oeste (2007)*

<i>SUL</i>	<i>POPULAÇÃO 2007</i>	<i>SM</i>	<i>TLM (%)</i>
SDR - ARARANGUÁ	168.498	-3.233	-1,92
SDR - BRAÇO DO NORTE	61.032	1.133	1,86
SDR – CRICIÚMA	371.972	2.801	0,75
SDR – LAGUNA	121.314	-564	-0,46
SDR - TUBARÃO	160.527	397	0,25
<b>TOTAL</b>	<b>883.343</b>	<b>534</b>	<b>0,06</b>

Fonte: dados brutos dos Censos Demográficos e Estatísticas do Registro Civil – IBGE

Das cinco SDR's apenas a de Araranguá e Laguna apresentaram SM negativo. No primeiro caso, somente os municípios balneários tiveram SM positivo (Balneário Arroio do Silva, com 1943 migrantes e Balneário Gaivotas com 1707), enquanto o município sede perdeu população.

Como é conhecido, a SDR com maior nível de centralidade na região é a de Criciúma, configurando-se como um pólo de atração sub-regional. O município de Criciúma detém o maior incremento populacional absoluto, enquanto Forquilha apresenta o maior aumento relativo expresso na TLM, ou seja, 6,12% de sua população em 2007 é oriunda das migrações. O mais importante que se deve reconhecer é a formação de um aglomerado urbano ao redor de Criciúma, pautado em sua diversificação econômica baseada na indústria cerâmica,

vestuarista e de plásticos descartáveis. Isso se prova pelo fato de que, além de Criciúma, foram os municípios ao seu redor os responsáveis pelo SM positivo da SDR, principalmente Forquilinhas e Içara.

As regiões que receberam o maior volume de migrantes são justamente aquelas que apresentaram maior crescimento econômico, nível de urbanização e oferta de postos de trabalho. Essa drenagem de força de trabalho em direção aos centros mais dinâmicos é responsável pela constituição de um exército de reserva - seja nos municípios principais, seja naqueles periféricos -, capaz de sustentar a reprodução do capital.

Essa insistente dinâmica de concentração econômica e populacional é responsável pela conservação e ampliação das desigualdades estaduais e também pela crescente periferização das regiões, que ratificam o perfil da urbanização do país, colocada por Faria (1991) como contraditória, diferenciada e segmentada<sup>8</sup>.

#### **4. Considerações Finais**

As migrações internas – de acordo com a perspectiva crítica adotada neste trabalho – são parte dos fatores que constituem a produção/reprodução do homem no tempo e no espaço, estando historicamente ligadas aos processos de industrialização e urbanização. No modo de produção capitalista, como salientou Santos (2003), elas são uma das respostas aos desequilíbrios permanentes existentes entre as diversas regiões e se estabelecem como agravantes desses desequilíbrios – na maioria das vezes em favor das zonas mais evoluídas.

Também a partir da elaboração teórica de Singer (1998), viu-se que a criação das desigualdades se coloca como principal motor das migrações internas, gerando uma divisão social do trabalho entre o meio rural e o meio urbano e, dentro do segundo, entre centro e periferia. Essa relação subjuga uma localidade a outra, reforçando também um quadro institucional mais desenvolvido nas regiões centrais do sistema – ilustrado pela oferta de subsídios, serviços públicos de infra-estrutura, seguridade social, etc. Nesse ambiente, surgem os fatores de expulsão e atração das localidades, que estão ligados essencialmente à produção

---

<sup>8</sup> Segundo o mesmo autor, o perfil da urbanização brasileira agravou problemas como a desigualdade de renda, o trabalho informal, a precária oferta de bens coletivos - como o acesso aos serviços básicos de transporte, educação e saúde -, a concentração do poder político. Essa urbanização, portanto, foi marcada por uma forte assimetria na distribuição da população e das atividades econômicas no espaço (FARIA, 1991).

de diferenças geográficas engendradas, desde uma perspectiva histórica, no tempo e no espaço de cada região.

Nesse contexto, Santa Catarina apresenta fortes desigualdades, as quais são fruto de sua formação histórica peculiar e de sua dinâmica socioeconômica atual. O processo de industrialização e urbanização do estado concentrou em certas regiões a maior parte dos recursos e da oferta de serviços – públicos e privados. Em grande medida, as regiões responsáveis pela maior dinâmica socioeconômica são o Vale do Itajaí, o Norte e a Grande Florianópolis, contrastando com as regiões Oeste e Serrana que se colocam como as áreas de menor dinamismo.

Na atualidade, os deslocamentos internos que ganharam força foram aqueles ligados à evasão rural e aqueles oriundos do oeste em direção ao leste do estado. De modo geral, as migrações internas têm sua origem em duas grandes regiões, no Oeste e no Planalto Serrano, e seus destinos são as regiões Norte, o Vale do Itajaí e a Grande Florianópolis.

As duas regiões que perdem população apresentam fatores de expulsão específicos. O Oeste tem como principal fator o impasse da pequena propriedade agropecuária. Nesse sentido, somam-se os aspectos econômicos, como a restrição ao crédito ou a diminuição da rentabilidade dos produtos agrícolas, às novas relações de produção, que têm como parâmetro à integração entre pequeno produtor e agroindústria. Outra questão relevante é que esta região, ao contrário do que ocorre na região Serrana, apresenta um pólo regional de atração de população – o município de Chapecó – que pode ser considerado um amortecedor da migração direta ao litoral.

No caso da região Serrana, há uma diferença estrutural relevante, que é a concentração fundiária. Evidentemente as principais atividades econômicas da região, a pecuária extensiva e a atividade papelreira, estão baseadas nesse tipo de propriedade. Essas características conferem à população a impossibilidade de permanência na terra, também agravada pela incapacidade dos centros urbanos regionais na retenção da população. Como já foi observado, um caso expressivo disso é o fato de que o município de Lages apresenta um SM negativo, mesmo sendo o município mais importante da região.

Desta maneira, conforma-se em Santa Catarina um fluxo preciso de deslocamento, que parte do interior e vai em direção ao litoral, com forte poder de concentração da população. Isso é confirmado pelos dados apresentados, uma vez que a saída considerável de população das regiões expulsoras culmina em processos de formação de aglomerados urbanos – como os de Joinville, Blumenau e Criciúma – e de uma área metropolitana, situada da Grande Florianópolis.

Também é importante ressaltar que essas regiões concentradoras não são capazes de absorver, em vários aspectos<sup>9</sup>, a totalidade da população migrante. Nesse contexto, ao se considerar também os condicionantes estruturais do capitalismo – como a manutenção de um exército industrial de reserva e da necessidade de concentração do excedente – as regiões receptoras passam a apresentar uma população marginalizada, com pouco acesso aos benefícios atrelados à permanência em um centro receptor. Isso é ilustrado também pelas conseqüências no espaço urbano, como por exemplo, a ocupação desordenada dos arredores da cidade e das áreas de preservação; a segregação espacial urbana; o aumento da pobreza; etc.

Diante desse cenário, observa-se o acirramento de duas grandes tendências, a evasão rural e a litoralização do estado. Observando os dados apresentados, pode-se afirmar que este processo não se esgotará nos próximos anos. O processo de metropolização e a ampliação dos aglomerados urbanos tende a abarcar áreas cada vez maiores, já que o crescimento dos municípios periféricos aos pólos de atração se mantém persistente.

Sob a ótica das regiões expulsoras, o esvaziamento populacional também tende a continuar. Para o arrefecimento desse processo são necessárias alternativas socioeconômicas capazes de viabilizar a permanência da população em sua região de origem. Para o caso do Oeste fica mais clara a direção dessas medidas, que deveriam estar voltadas para a manutenção da pequena propriedade familiar. O caso do Planalto Serrano é mais complexo, já que a região se caracteriza por uma estrutura fundiária concentrada e, ao mesmo tempo, as atividades econômicas predominantes demandam pouca força de trabalho.

Portanto, o estudo das migrações internas em Santa Catarina é de grande relevância para a compreensão de parte da dinâmica demográfica do estado. Essa questão está intrinsecamente ligada à concentração espacial das atividades produtivas e aos pilares que balizam o sistema capitalista de produção. O surgimento de novas espacialidades afirma a complexidade do problema e abre o leque de investigações possíveis dentro desse tema.

Além disso, é fundamental uma pauta de discussão que busque alternativas imediatas para, no mínimo, mitigar os problemas socioeconômicos e ambientais trazidos também pelo processo de concentração e evasão populacional. De modo geral, pensar essas alternativas significa refletir sobre a sustentação de um sistema que se baseia na construção e reconstrução das desigualdades no tempo e no espaço.

---

<sup>9</sup> Esses aspectos estão relacionados à inserção do migrante no mercado de trabalho, à ocupação do território, aos serviços de ordem pública e privada, etc.



## **Bibliografia**

**ALVES, A.P. O Movimento Demográfico do Oeste Catarinense: um estudo sobre os determinantes econômicos da migração.** Florianópolis, 2006. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina.

FARIA, V. E. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 29, p. , mar. 1991.

IPARDES. **Dinâmica demográfica recente da Região Sul: anos 70 e 80.** Curitiba: IPARDES, 1997.

IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul.** Brasília: IPEA, 2000. v. 6.

SANTOS, M. **Economia espacial: críticas e alternativas.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

\_\_\_\_\_ **O Espaço Dividido.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SINGER, P. **Economia política da urbanização,** 14 ed. São Paulo: Contexto, 1998.